



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO	<div><b>ESTADO DE RONDÔNIA</b> Assembleia Legislativa  29 ABR 2020 Protocolo: <u>346/20</u> Processo: <u>346/20</u></div>	PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	Nº <u>346/20</u>
	AUTOR :MESA DIRETORA		
<p>Reconhece, para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no município de Cacoal, conforme solicitação da Prefeita Municipal.</p> <p><b>A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA</b> decreta:</p> <p>Art. 1º Fica reconhecida, para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no município de Cacoal, conforme solicitação da Prefeita Municipal.</p> <p>Parágrafo único. Enquanto perdurar o estado de calamidade pública, ficam suspensos os prazos e as disposições estabelecidas nos artigos 23, 31 e 70 da Lei Complementar nº 101/2000, e dispensado o atingimento de resultados fiscais e a limitação de empenho prevista no artigo 9º.</p> <p>Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Plenário das Deliberações, 28 de abril de 2020.</p> <div><div><b>Deputado LAERTE GOMES</b> Presidente</div><div><b>Deputada ROSÂNGELA DONADON</b> 1ª Vice-Presidente</div><div><b>Deputado ISMAEL CRISPIN</b> 1º Secretário</div><div><b>Deputada CASSIA MULETA</b> 2ª Vice-Presidente</div><div><b>Deputado DR. NEIDSON</b> 2º Secretário</div><div><b>Deputado GERALDO DA RONDÔNIA</b> 3º Secretário</div><div><b>Deputado EDSON MARTINS</b> 4º Secretário</div></div>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.



PROTOCOLO		PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	Nº
	AUTOR :MESA DIRETORA		
<p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICATIVA</b></p> <p>Nobres Parlamentares,</p> <p>O presente Projeto de Decreto Legislativo tem o objetivo de reconhecer, para os fins do-artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Cacoal, conforme solicitação da Prefeita Municipal encaminhada a esta Casa de Leis, por meio do Ofício nº 167/GP/PGM/2020.</p> <p>A medida torna-se urgente, tendo em vista que, na data de 11 de abril de 2020, a Prefeitura de Cacoal declarou, por meio do Decreto Municipal nº 7.625/20, situação de Calamidade Pública na saúde em decorrência da pandemia causada pelo novo Coronavírus.</p> <p>Frise-se que diversas medidas de precaução e de salvaguarda da população estão sendo adotadas, revelando-se, como principal meio de combate e controle da proliferação da doença, a quarenta, que consiste no isolamento de indivíduos.</p> <p>No entanto, o isolamento dos indivíduos, com a consequente redução das interações sociais, aliada à interrupção temporária das atividades econômicas consideradas não-essenciais vêm ocasionando graves impactos na economia e na arrecadação de receita municipal.</p> <p>Dessa forma, com a finalidade de tentar minimizar os impactos econômico-financeiros, utiliza-se do permissivo do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que autoriza a dispensa no atingimento dos resultados fiscais e da limitação do empenho prevista no artigo 9º da LRF pelo Estado de Rondônia, enquanto perdurar a pandemia.</p> <p>Diante do exposto, solicito o apoio e o voto dos Nobres Pares para a aprovação deste Projeto de Decreto Legislativo que declara estado de calamidade pública no município de Cacoal.</p>			